



Correio Manhã

05-03-2015

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 174177

Temática: Administração Pública

Dimensão: 1511

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/6/7

CORRUPÇÃO ATESTADOS DA SEGURANÇA SOCIAL VENDIDOS POR 2 MIL EUROS PÁGS. 6 E 7

6 QUINTA-FEIRA
5 MARÇO 2015

ATUALIDADE II

CORRUPÇÃO NO ESTADO



LISBOA ■ CINCO PRESOS PELA PJ POR CORRUPÇÃO

ATESTADOS da Segurança Social à venda por 2 mil €

■ Diretor e chefe de equipa emitem, em troca de luvas, falsas declarações a garantir que empresas não têm dívidas

● HENRIQUE MACHADO

Empresários de diferentes áreas, à beira da falência, encontram em concursos públicos ou nos subsídios da União Europeia uma tábua de salvação para as suas empresas. Problema: não se podem candidatar tendo dívidas à Segurança Social (SS). Solução, até ontem, na SS do centro distrital de Lisboa: corromper dois altos funcionários – que em troca de luvas, por valores entre dois e cinco mil euros, pagos em dinheiro vivo, emitem uma falsa declaração de não dívida.

Foi assim durante anos a fio – estava instituído em certos meios empresariais. Os interessados contactavam com intermediários para o pagamento de luvas ao diretor da área de gestão de clientes da SS distrital de Lisboa, a maior do País, e a um chefe de equipa.

Eram ambos corrompidos, a mando de dezenas de empresários, por um advogado e por dois técnicos oficiais de contas. Estes

cinco, que consumavam os negócios em encontros discretos, estavam há ano e meio sob investigação da Unidade Nacional de Combate à Corrupção da Judiciária, em articulação com a 9ª secção do Departamento de Investigação e Ação Penal. E ontem foram os cinco detidos.

Estão referenciados dezenas de atos de corrupção, com pagamentos sempre na mesma ordem de valores, em que o advogado e os técnicos obtinham junto dos dois responsáveis da SS documentos oficiais a atestar a regularidade das relações entre empresas e a SS.

Era lesado o Estado (as dívidas mantinham-se) e viciavam as regras de mercado – em concursos públicos, as empresas incumpridoras levavam vantagem sobre as que têm dívidas em dia. O esquema beneficiou dezenas de empresas de diferentes áreas: da construção civil aos setores dos transportes e da alimentação. ■

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL

CORREIO

✎ PORMENORES

● **FALSIFICAÇÃO**
Os cinco detidos, entre os 41 e os 57 anos, respondem por corrupção ativa ou passiva para atos ilícitos e falsificação de documentos: certificados de não dívida para com a Segurança Social que permitiam às empresas apresentarem-se a concursos públicos.

● **SETENTA BUSCAS**
A PJ anunciou ter realizado, na operação que arrancou logo às 07h00 de ontem, cerca de 70 buscas domiciliárias e não domiciliárias, de recolha de prova, que permitiram apreender "diverso material relacionado com a prática da atividade criminosa".

● **MAGISTRADOS**
Algumas das buscas foram acompanhadas por magistrados do Ministério Público e, no caso do advogado detido, por um juiz de instrução criminal, conforme determina a lei.

FUNCIONÁRIOS APANHADOS DE SURPRESA

● Operação de buscas da PJ passou ontem de manhã pelo centro distrital de Lisboa do Instituto da Segurança Social, no Areeiro – onde trabalham dois dos detidos – não tendo passado despercebida a funcionários e utentes.



OS ROSTOS DA INVESTIGAÇÃO

Dezoito meses a juntar provas

● A investigação decorreu no último ano e meio, em estreita articulação entre a Unidade Nacional de Combate à Corrupção da Judiciária, liderada por Saudade Nunes, e a 9ª secção do Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa, dirigido por Maria José Morgado. ■



■ Procuradora Maria José Morgado lidera o DIAP de Lisboa

PHILIPPO MORAIS/LUSA

TACAO/SOBREVIDAS

SEG. SOCIAL | COLABORAÇÃO

Numa nota enviada à TVI, o Instituto de Segurança Social disse ontem estar a colaborar com as autoridades judiciais no apuramento da verdade neste caso



TOC | ARRISCAM EXPULSÃO

Os dois técnicos oficiais de contas podem ser expulsos da profissão caso se confirmem as suspeitas, disse à TSF o bastonário Domingues Azevedo

PROCURADORA | DENUNCIA "REDE"

Na semana passada, Joana Marques Vidal, procuradora-geral da República, disse em entrevista que havia "uma rede que utiliza o aparelho do Estado" para corrupção

Arriscam penas de prisão até aos oito anos

Estava ontem à noite previsto que os cinco detidos passassem a noite no Estabelecimento Prisional anexo à PJ, depois de terem sido ouvidos pelos investigadores durante o dia, e hoje deverão ser presentes ao juiz de instrução criminal, em Lisboa. Arriscam ficar a aguardar julgamento em prisão preventiva, se o juiz entender que existe perigo de fuga ou de continuação de atividade criminosa. No caso dos funcionários da Segurança Social, arriscam penas de prisão até oito anos por corrupção passiva para atos ilícitos. ■



■ Suspeitos vão ser interrogados no Campus de Justiça

80 INSPETORES NO TERRENO EM MEGAOPERAÇÃO

A operação de ontem, que se estendeu de Lisboa até à zona de Vila Franca de Xira, por exemplo, contou com a participação de cerca de 80 inspetores da Unidade Nacional de Combate à Corrupção da PJ, acompanhados por magistrados.

SINAIS EXTERIORES DE RIQUEZA

Os altos funcionários da Segurança Social suspeitos de terem recebido luvas em dezenas de casos – sendo que em cada um cobravam valores entre

dois e cinco mil euros – apresentavam sinais exteriores de riqueza, não compatíveis com os rendimentos obtidos como funcionários públicos.

INVESTIGAÇÃO DA PJ VAI CONTINUAR

A extensão da corrupção em instituições do Estado com base neste esquema – ao nível da Segurança Social e também do Fisco – está longe de ser

controlada. Nesse sentido vai prosseguir a investigação da Unidade Nacional de Combate à Corrupção da PJ, para apurar outros responsáveis.

IGAÇÃO



■ Saudade Nunes soma resultados no combate à corrupção